

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8024050-02.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: LEANDRO MOURA ANDRADE e outros (5) Advogado (s): ADRIELE SANTOS ROCHA SA, EDUARDO BARRETTO CHAVES, FLAVIO COSTA DE ALMEIDA IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE DIAS D'AVILA Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PEDIDO DE EXTENSÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO AO CORRÉU CRISTIANO MELO DOS SANTOS. SITUAÇÕES DISTINTAS. INDEFERIMENTO DO PLEITO. EXCESSO DE PRAZO. AÇÃO COMPLEXA, COM DIVERSOS RÉUS E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIAS A DIVERSOS ESTADOS BRASILEIROS. CRIME PRATICADO POR SUPOSTOS INTEGRANTES DE FACÇÃO CRIMINOSA, QUE FILMARAM A EXECUÇÃO DA VÍTIMA. PACIENTES PRESOS HÁ QUASE 3 (TRÊS) ANOS, DOIS DELES EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO E O TERCEIRO EM COMARCA DISTINTA, SEM CUMPRIMENTO DAS REQUISIÇÕES DE RECAMBIAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO DOS RÉUS NA SESSÃO DESIGNADA PARA O JULGAMENTO DA AÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PONDERAÇÃO ENTRE O RETARDO PROCESSUAL POR TEMPO INDEFINIDO E A NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL, BEM COMO DA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONVERSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELAS MEDIDAS CAUTELARES DISPOSTAS NOS INCISOS III, IV, V E IX, TODOS DO ART. 319 DO CPP, ALÉM DO COMPARECIMENTO À SESSÃO DO JURI, JÁ DESIGNADA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Tratam-se de Pacientes presos em cumprimento de decreto de prisão preventiva, sendo que, após consulta realizada junto ao sistema Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP, constatei que: a) O réu Leandro Moura Andrade teve Mandado de Prisão expedido no dia 21/06/2021, entretanto figurou na condição de “procurado” até o dia 20/09/2023, contudo, no documento juntado aos autos consta a informação de que ele foi preso efetivamente no dia 20/05/2022, ocasião em que foi cumprido o Mandado de Prisão, estando o acusado preso no Município de Catalão, no Estado de Goiás. b) O réu Luan Cristian Rocha dos Santos teve a prisão em flagrante convertida em preventiva nos autos do Processo sob nº 0500213-28.2021.8.05.0250, no dia 13/04/2021, decorrente de determinação oriunda do Juízo da Comarca de Simões Filho. No dia 21/06/2021 foi expedido o Mandado de Prisão em razão dos autos sob exame, da Vara Criminal de Dias D’Avila, cumprido em 22/06/2021. Foi expedido alvará de soltura no processo sob nº 0700140-72.2021.8.05.0250, também oriundo do Juízo da Comarca de Simões Filho, no dia 25/08/2022. Entretanto, no dia 09/08/2023 foi expedida Guia de Recolhimento Definitiva, por força de condenação oriunda do Juízo da Comarca de Simões Filho no Processo sob nº 0700140-72.2021.8.05.0250, no qual o acusado restou condenado à pena de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão em regime inicial semiaberto. Em consulta ao sistema Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, constatei que, nos autos do Processo de nº 20000078020218050074, referente ao Processo nº 0700140-72.2021.8.05.0250 foi considerado que o acusado cumpriu 3a0m8d, sendo descontado, portanto, todo o tempo em que o réu permaneceu preso também provisoriamente, estando atualmente recolhido na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador. c) O réu Augusto Neri de Souza Sampaio Neto teve Mandado de Prisão expedido no dia 21/06/2021, entretanto figurou na condição de “procurado” até o dia 09/12/2021, ocasião em que foi cumprido o Mandado de Prisão, estando o acusado preso no Município de Floresta, no Estado de Pernambuco. Conforme consta na denúncia: “na noite do dia 26 de fevereiro de 2021, por volta das 20 horas, o segundo (Luan), terceiro (Guga) e quarto denunciados (Léo Orelha), associados e sob as ordens de “Tatai”, movidos pelo animus necandi, se dirigiram até o bairro

da Concórdia a fim de matar S.D.S.D.S.. Consta das peças informativas que a vítima, no passado, havia se envolvido com drogas e estaria devendo dinheiro a Cristiano (Tatai), recusando-se a saldar seu débito. Dessa forma, chegou a deixar a cidade residindo em Salvador por um tempo. Retornara a Dias D'Ávila havia três meses quando foi retirada de dentro de sua residência pelos três homens e executada sem qualquer chance de defesa. Os agentes dirigiram-se até o local em um veículo modelo Gol, de cor clara, conduzido por Luan e, estando eles armados, obrigaram a vítima a entrar no carro. Em local ainda não identificado obrigaram-na a ajoelhar e assumir a 'traição' efetuando em seguida diversos disparos em sua direção. Foi ela atingida 22 (vinte e duas) vezes, conforme laudo de exame cadavérico e mapa descritivo, dando como causa da morte traumatismo tóraco-abdominal por perfurações de projéteis de arma de fogo." 2. No que diz respeito ao Habeas Corpus referência (Processo nº 8021040-81.2023.8.05.0000), sob o qual os ora pacientes pretendem a extensão do benefício que foi concedido ao Paciente CRISTIANO MELO DOS SANTOS, verifica-se que se tratam de situações completamente distintas, uma vez que, em relação ao mencionado acusado, não havia previsão de quando seria realizada audiência de instrução, embora o denunciado já estivesse provisoriamente preso há quase dois anos quando foi concedida a ordem (29/11/2021 a 30/05/2023), ao passo que, em relação aos ora pacientes já há audiência a ser realizada em sessão do tribunal do júri designada para o dia 10/09/2024, conforme informações prestadas pelo Juízo Impetrado, sendo que a autoridade impetrada apresentou relevantes motivos para o elastecimento do prazo processual, diante da multiplicidade de réus, a necessidade de expedição de Cartas Precatórias a Estados federativos distintos, bem como a necessidade de recambiamento dos presos, uma vez que, por força de pleito defensivo foi suspensa a audiência designada para o dia 21.02.2024, considerando que a defesa entendeu ser necessária a presença física dos referidos acusados na Sessão do Tribunal do Júri. 3. Observa-se, outrossim, que embora todos os três pacientes tenham naturalidade nos Municípios do Estado da Bahia, dois deles (Leandro Moura Andrade e Augusto Neri de Souza Sampaio Neto) evadiram do distrito da culpa, e, por esta razão, foram presos em outros Estados brasileiros, quais sejam, Pernambuco e Goiás, restando destacada a necessidade de manutenção da prisão preventiva para possibilitar a aplicação da lei penal. Por outro lado, em relação ao terceiro Paciente, Luan Cristian Rocha dos Santos, verifica-se que há um grande número de ações penais e inquéritos instaurados em seu desfavor, havendo inclusive duas ações penais transitadas em julgado, por tráfico de drogas e violência contra a mulher, sendo que, no processo de execução concernente a estas ações penais, foi utilizado o tempo em que o referido paciente esteve preso provisoriamente, mencionados nos presentes autos, como pena efetivamente cumprida, o que foi descontado da referida pena privativa de liberdade a que foi condenado. 4. Destaca-se, ainda, a gravidade concreta do delito, uma vez que os pacientes são acusados de integrar a facção criminosa denominada "Tudo Cinco", tendo filmado a execução da vítima, sendo que a referida mídia audiovisual se encontra acostada nos autos de origem, havendo, portanto, indícios de autoria e materialidade delitiva. 5. Embora o aludido excesso de prazo na formação da culpa não decorra de desídia do Poder Judiciário, e considerando, ainda, as peculiaridades da ação de competência privativa do Tribunal do Júri, que demandam maior tempo de tramitação, não se pode olvidar que, no presente caso, o Paciente Leandro Moura Andrade se encontra preso desde 20/05/2022, ou seja, há mais de dois

anos; ao passo que o Paciente Luan Cristian Rocha dos Santos se encontra preso desde 22/06/2021, portanto, há quase três anos; bem como, em relação ao Paciente Augusto Neri de Souza Sampaio Neto, a sua custódia cautelar se estende desde 09/12/2021, e a sua segregação preventiva já ultrapassa dois anos. Demais disto, infere-se dos autos que os três réus estão custodiados fora do distrito da culpa, o primeiro no Presídio de CATALÃO-GO, distante cerca de 1.600 km da comarca de Dias D'Ávila – BA; o segundo na unidade prisional de Salvador/BA, distante cerca de 50 km da comarca de Dias D'Ávila – BA e o terceiro no Presídio de SALGUEIRO-PE, distante cerca de 600 km da comarca de Dias D'Ávila – BA, sendo que, conforme informado pelo Juízo de origem, embora tenha sido requisitado o recambiamento dos réus para a Comarca de Dias D'Ávila, a diligência não foi cumprida até a presente data, embora, conforme consulta realizada no sistema PJE de 1º grau, seja constatado que os respectivos ofícios tenham sido encaminhados desde 21/02/2024. Nesta senda, tem-se que o andamento processual encontra-se obstaculizado pela manutenção da prisão preventiva dos réus, uma vez que a defesa insiste na presença física dos acusados na sessão do Tribunal do Júri e que a requisição de recambiamento dos mesmos não foi cumprida, sendo que tal circunstância culminará em novo adiamento da audiência designada para o dia 10/09/2024, e, por conseguinte, em um retardo processual por tempo indefinido. 4. Neste diapasão, de modo a evitar um retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional e, ponderando-se a necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, bem como de conveniência da instrução processual, faz-se necessário proceder-se com a conversão da prisão preventiva pela imposição das medidas cautelares dispostas nos incisos III, IV, V e IX, todos do art. 319 do CPP, estando os pacientes especialmente proibidos de ausentarem-se da Comarca sem autorização judicial; proibidos de aproximarem-se ou de entrarem em contato com testemunhas ou familiares das testemunhas; e devendo eles proceder ao seu recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, nas residências cujos endereços foram informados nestes autos, COM O USO DE TORNOZELEIRA DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. Impõe-se também a intimação à sessão do júri designado para o dia 10.09.2024, às 08hs30min, no momento do cumprimento do alvará de soltura. Ressalta-se que, na hipótese de descumprimento de qualquer destas medidas, fica autorizada, desde já, a prisão dos acusados. 5. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. A C Ó R D ã O VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8024050-02.2024.8.05.0000, da Comarca de Dias D'Ávila – BA, impetrado em favor do PACIENTES LEANDRO MOURA ANDRADE, LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS E AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO, apontando como autoridade impetrada o digno Juiz de Direito da Vara do Júri da Comarca de Dias D'Ávila – BA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM, e o fazem, pelas razões adiante expendidas. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Na sessão do dia 14/05/2024, a sustentação oral do Advogado Dr. Flavio Costa, o Relator pediu suspensão de julgamento para reanálise. Na sessão do dia 04.06.2024, o Relator leu o voto pela Concessão da Ordem por unanimidade Salvador, 4 de Junho de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8024050-02.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: LEANDRO MOURA ANDRADE e outros (5) Advogado (s): ADRIELE SANTOS ROCHA SA, EDUARDO BARRETTO CHAVES, FLAVIO COSTA DE ALMEIDA

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE DIAS D'AVILA Advogado (s):
RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus impetrado pelos advogados EDUARDO
BARRETO CHEVES inscrito na OAB/BA 46.815, FLAVIO COSTA DE ALMEIDA inscrito
na OAB/BA 24.391, ADERBAL DE ALMEIDA NETO inscrito na OAB/BA 55.314 e
ADRIELE SANTOS ROCHA SÁ inscrita na OAB/BA 67.472, em favor dos Pacientes
LEANDRO MOURA ANDRADE, LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS E AUGUSTO NERI DE
SOUZA SAMPAIO NETO, contra ato supostamente ilegal praticado nos autos do
Processo nº 8003026-55.2022.8.05.0074, em que figura, na qualidade de
autoridade coatora, o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de
Dias D'Avila – BA. Consta nos autos que os pacientes foram presos por
força de decreto de prisão preventiva sob acusação de prática do delito
tipificado no art. 121, § 2ª, I e IV, do Código Penal. O paciente Leandro
Moura Andrade foi preso no dia 21/05/2022, custodiado no Presídio de
CATALÃO/GO, bem como Luan Cristian Rocha dos Santos foi preso no dia
22/06/2021, custodiado em Salvador/BA, e Augusto Neri de Souza Sampaio
Neto, preso no dia 08/12/2021, se encontra custodiado no Presídio de
SALGUEIRO/PE. Relatam os Impetrantes a ocorrência de constrangimento
ilegal por excesso de prazo para o julgamento perante o tribunal do júri,
sob alegação de que os pacientes se encontram custodiados há quase 3
(três) anos sem que haja previsão para realização da sessão de julgamento.
Nesse sentido, afirmam que a sessão do júri inicialmente agendada para o
dia 21/02/2024, foi redesignada para 10/09/2024, tendo em vista a
impossibilidade de recambiamento dos pacientes para a comarca de origem,
sendo que a designação de nova data implica “mera expectativa de
realização, haja vista que o problema nuclear não foi solucionado, pois,
não há nos autos de origem notícia de diligências para proporcionar o
recambiamento dos Pacientes”, além de postergar a custódia cautelar.
Noticiam que nos autos do HC de nº 8021040-81.2023.8.05.0000, impetrado em
favor do corréu Cristiano Melo dos Santos foi “beneficiado pela liberdade
provisória em virtude do reconhecimento da ilegalidade do prolongamento do
decreto prisional proporcionada pelo excesso do prazo para a formação da
culpa”, direito que afirmam deva ser estendido aos pacientes, conforme
art. 580 e 647, ambos do CPP. Sustentam que o decreto de prisão carece de
fundamentação válida, sem olvidar de que “a fundamentação utilizada é vaga
e genérica para justificar a manutenção do decreto prisional datado do ano
de 2021”. Com base nesses fundamentos requerem, em caráter liminar, a
concessão da ordem de habeas corpus, com a revogação da prisão e a
imediata expedição do alvará de soltura, o que espera ser confirmado
quando da apreciação do mérito. Indeferido o pedido liminar, em Decisão
proferida no ID 60052495. A autoridade indigitada coatora prestou
informações, conforme ID 60363487. A Procuradoria de Justiça, em parecer
da lavra do ilustre Procurador de Justiça Ulisses Campos de Araújo, opinou
pelo conhecimento e denegação da ordem de habeas corpus”. (ID 60494436). É
o relatório. Salvador – BA, documento datado e assinado eletronicamente.
Álvaro Marques de Freitas Filho Juiz Substituto de 2º Grau/Relator A04-DB
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara
Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n.
8024050-02.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª
Turma PACIENTE: LEANDRO MOURA ANDRADE e outros (5) Advogado (s): ADRIELE
SANTOS ROCHA SA, EDUARDO BARRETTO CHAVES, FLAVIO COSTA DE ALMEIDA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE DIAS D'AVILA Advogado (s):
VOTO Conheço do pedido, uma vez que atendidas as exigências de
admissibilidade da espécie. Primeiramente, é forçoso salientar que, após
consulta realizada junto ao sistema Banco Nacional de Mandados de Prisão –

BNMP, constatei que: a) O réu Leandro Moura Andrade teve Mandado de Prisão expedido no dia 21/06/2021, entretanto figurou na condição de “procurado” até o dia 20/09/2023, contudo, no documento juntado no ID 59943434 consta a informação de que ele foi preso efetivamente no dia 20/05/2022, ocasião em que foi cumprido o Mandado de Prisão, estando o acusado preso no Município de Catalão, no Estado de Goiás. b) O réu Luan Cristian Rocha dos Santos teve a prisão em flagrante convertida em preventiva nos autos do Processo sob nº 0500213-28.2021.8.05.0250, no dia 13/04/2021, decorrente de determinação oriunda do Juízo da Comarca de Simões Filho. No dia 21/06/2021 foi expedido o Mandado de Prisão em razão dos autos sob exame, da Vara Criminal de Dias D’Avila, cumprido em 22/06/2021 (Cumprido em 22/06/2021 – ID 59943433). Foi expedido alvará de soltura no processo sob nº 0700140-72.2021.8.05.0250, também oriundo do Juízo da Comarca de Simões Filho, no dia 25/08/2022. Entretanto, no dia 09/08/2023 foi expedida Guia de Recolhimento Definitiva, por força de condenação oriunda do Juízo da Comarca de Simões Filho no Processo sob nº 0700140-72.2021.8.05.0250, no qual o acusado restou condenado à pena de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão em regime inicial semiaberto. Em consulta ao sistema Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, constatei que, nos autos do Processo de nº 20000078020218050074, referente ao Processo nº 0700140-72.2021.8.05.0250 foi considerado que o acusado cumpriu 3a0m8d, sendo descontado, portanto, todo o tempo em que o réu permaneceu preso também provisoriamente, estando atualmente recolhido na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador. c) O réu Augusto Neri de Souza Sampaio Neto teve Mandado de Prisão expedido no dia 21/06/2021, entretanto figurou na condição de “procurado” até o dia 09/12/2021 (ID 59943432), ocasião em que foi cumprido o Mandado de Prisão, estando o acusado preso no Município de Floresta, no Estado de Pernambuco. No que diz respeito ao Habeas Corpus referência (Processo nº 8021040-81.2023.8.05.0000), sob o qual os ora pacientes pretendem a extensão do benefício que foi concedido ao Paciente CRISTIANO MELO DOS SANTOS, verifica-se que se tratam de situações completamente distintas, uma vez que, em relação ao mencionado acusado, não havia previsão de quando seria realizada audiência de instrução, embora o denunciado já estivesse provisoriamente preso há quase dois anos quando foi concedida a ordem (29/11/2021 a 30/05/2023), ao passo que, em relação aos ora pacientes já há audiência a ser realizada em sessão do tribunal do júri designada para o dia 10/09/2024, conforme informações prestadas pelo Juízo Impetrado, constantes no ID 60363487, que transcrevo: “O presente feito (n. 8003026-55.2022.8.05.0074) foi desmembrado dos autos da ação penal principal n. 8001551- 98.2021.8.05.0074. Trata-se de ação penal movida em face de CRISTIANO MELO DOS SANTOS, LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS, AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO e LEANDRO MOURA ANDRADE, denunciados pelo Ministério Público como incursos nas sanções do artigo art. 121, § 2º, I (motivo torpe) e IV (recurso que tornou impossível a defesa da vítima) c/c art. 29, ambos do Código Penal. Nos autos de n. 8001337-10.2021.805.0074, foi decretada a prisão preventiva dos quatro acusados em 18.06.2021 (ID 337258799). CRISTIANO MELO DOS SANTOS (único réu que não fora incluído no desmembramento e continua respondendo na ação penal principal n. 8001551-98.2021.8.05.0074) encontra-se em liberdade provisória desde 30/05/2023, por força de decisão em "habeas corpus" (8021040-81.2023.8.05.0000). Este juízo lavrou sentença pronunciando todos os quatro acusados (autos n. 8001551-98.2021.8.05.0074), incursos no art. 121, § 2º, I (motivo torpe) e IV (recurso que tornou impossível a defesa da vítima) c/c art. 29, ambos

do Código Penal. A sentença de pronúncia transitou em julgado em relação aos acusados LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS, AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO e LEANDRO MOURA ANDRADE. Por este motivo houve o desmembramento do feito principal. No curso do feito, este juízo oficiou à POLINTER, órgão da Secretaria de Segurança Pública, requisitando o recambiamento dos presos para unidade prisional localizada no Estado da Bahia. Contudo, até a presente data não houve o cumprimento do recambiamento solicitado. Portanto, trata-se de ação penal que envolve vários réus, sendo que alguns destes estão custodiados em unidades prisionais localizadas em outros estados da federação, não havendo, até a presente data, resposta dos órgãos de segurança pública quanto a efetividade ou viabilidade do recambiamento solicitado. Ademais, por se tratar de réus presos, mostra-se necessário dar seguimento ao feito para realização da sessão de julgamento pelo tribunal do júri, visando a atender ao comando inserido no princípio constitucional da razoável duração do processo. Este juízo designou o dia 21.02.2024, às 08hs30min, para realização da sessão de julgamento pelo tribunal do júri. Na decisão (ID 411134721), em 21/09/2023, este juízo manteve a PRISÃO PREVENTIVA de LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS, AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO e LEANDRO MOURA ANDRADE. Em 23/01/2024 (ID 428245790), a defesa de LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS, AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO e LEANDRO MOURA ANDRADE peticionou nos autos pugnando pela suspensão da data de 21/02/2024, às 08:30h, designada para realização da sessão de julgamento pelo tribunal do júri no Fórum da comarca de Dias D'Ávila, BA. A defesa argumentou que a sessão foi determinada de forma híbrida, determinando a participação dos Réus por videoconferência. Sustentou que a fim de prestigiar a essência da plenitude do Tribunal do Júri se torna imprescindível a suspensão da sessão designada, haja vista que a defesa técnica dos Acusados entende ser fundamental o seu comparecimento dos Réus de forma presencial no plenário, pois, a sessão dará a oportunidade de os jurados conhecer as pessoas dos Acusados e terem contato, podendo visualizar inteiramente as reações de forma individualizada. Quanto ao pedido (ID 428245790) de suspensão da data designada, para garantir que os réus presos em unidades prisionais localizadas em outros estados da federação compareçam de forma presencial na sessão de julgamento pelo tribunal do júri, este juízo entendeu pelo acolhimento do pedido da defesa para suspensão da data designada para o júri, a fim de se esgotar todos os meios para o recambiamento dos réus. O julgamento que envolve vários réus, sendo que dois estão presos em unidades prisionais localizadas em diferentes estados da federação. LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS encontra-se preso desde 22.06.2021, em unidade prisional localizada em Salvador/BA, distante cerca de 50 km desta comarca de Dias D'Ávila, BA. LEANDRO MOURA ANDRADE encontra-se preso desde 21.05.2022, estando custodiado no Presídio de CATALÃO GO, distante cerca de 1.600 km desta comarca de Dias D'Ávila, BA. AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO encontra-se preso desde 08.12.2021, estando custodiado no Presídio de SALGUEIRO-PE, distante cerca de 600 km desta comarca de Dias D'Ávila, BA. No curso dos autos, fora expedido ofício à POLINTER requisitando o recambiamento dos réus custodiados em unidades prisionais localizadas em outros estados da federação. Contudo, até a presente data, o órgão da secretaria de segurança pública do estado da Bahia não cumpriu a diligência de recambiamento requisitada. Assim, em razão da complexidade da logística envolvida na efetivação do recambiamento dos réus presos em outros estados, considerando ainda as distâncias envolvidas conforme pontuado acima, este juízo, em 29/01/2024 (ID 429117456), acolheu o pedido

da defesa quanto ao adiamento da data designada para o júri. Na referida Decisão (ID 429117456), em 29/01/2024, fora novamente mantida a prisão preventiva dos réus LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS, AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO e LEANDRO MOURA ANDRADE. Por conseguinte, fora redesignada a sessão do tribunal do júri para o dia 10.09.2024, às 08hs30min, para julgamento dos acusados LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS, AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO e LEANDRO MOURA ANDRADE.". Depreende-se, portanto, das informações supramencionadas, que a autoridade impetrada apresentou relevantes motivos para o elastecimento do prazo processual, diante da multiplicidade de réus, a necessidade de expedição de Cartas Precatórias a Estados federativos distintos, bem como a necessidade de recambiamento dos presos, uma vez que, por força de pleito defensivo foi suspensa a audiência designada para o dia 21.02.2024, considerando que a defesa entendeu ser necessária a presença física dos referidos acusados na Sessão do Tribunal do Júri. Observa-se, outrossim, que embora todos os três pacientes tenham naturalidade nos Municípios do Estado da Bahia, dois deles (Leandro Moura Andrade e Augusto Neri de Souza Sampaio Neto) evadiram do distrito da culpa, e, por esta razão, foram presos em outros Estados brasileiros, quais sejam, Pernambuco e Goiás, restando destacada a necessidade de manutenção da prisão preventiva para possibilitar a aplicação da lei penal. Por outro lado, em relação ao terceiro Paciente, Luan Cristian Rocha dos Santos, verifica-se que há um grande número de ações penais e inquéritos instaurados em seu desfavor, havendo inclusive duas ações penais transitadas em julgado, por tráfico de drogas e violência contra a mulher, sendo que, no processo de execução concernente a estas ações penais, foi utilizado o tempo em que o referido paciente esteve preso provisoriamente como pena cumprida, sendo descontado o referido período da condenação. Destaca-se, ainda, a gravidade concreta do delito, uma vez que os pacientes são acusados de integrar a facção criminosa denominada "Tudo Cinco", tendo filmado a execução da vítima, sendo que a referida mídia audiovisual se encontra acostada nos autos de origem, havendo, portanto, indícios de autoria e materialidade delitiva. Conforme consta na denúncia: "na noite do dia 26 de fevereiro de 2021, por volta das 20 horas, o segundo (Luan), terceiro (Guga) e quarto denunciados (Léo Orelha), associados e sob as ordens de "Tatai", movidos pelo animus necandi, se dirigiram até o bairro da Concórdia a fim de matar Sandro dos Santos da Silva. Consta das peças informativas que a vítima, no passado, havia se envolvido com drogas e estaria devendo dinheiro a Cristiano (Tatai), recusando-se a saldar seu débito. Dessa forma, chegou a deixar a cidade residindo em Salvador por um tempo. Retornara a Dias D'Ávila havia três meses quando foi retirada de dentro de sua residência pelos três homens e executada sem qualquer chance de defesa. Os agentes dirigiram-se até o local em um veículo modelo Gol, de cor clara, conduzido por Luan e, estando eles armados, obrigaram a vítima a entrar no carro. Em local ainda não identificado obrigaram-na a ajoelhar e assumir a 'traição' efetuando em seguida diversos disparos em sua direção. Foi ela atingida 22 (vinte e duas) vezes, conforme laudo de exame cadavérico constante de fls. 13/16 e mapa descritivo, dando como causa da morte traumatismo tóraco-abdominal por perfurações de projéteis de arma de fogo." De fato, as referidas informações mostram-se relevantes e merecem crucial atenção, uma vez que "eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e

injustificado na prestação jurisdicional"(STJ – AgRg no RHC n. 189.579/RJ, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 18/3/2024, DJe de 20/3/2024.). E o presente caso, conforme já mencionado, se trata de ação penal complexa e com réus custodiados em comarcas distintas do distrito da culpa, além de se tratar de procedimento escalonado do júri, o que necessariamente importa em maior dilação da instrução processual. Ressalte-se, ainda, que em consulta aos nomes dos Pacientes junto ao sistema PJE de 1º grau, verifica-se a presença de outras ações penais em desfavor dos mesmos. Embora o aludido excesso de prazo na formação da culpa não decorra de desídia do Poder Judiciário, e considerando, ainda, as peculiaridades da ação de competência privativa do Tribunal do Júri que demanda maior tempo na sua tramitação, não se pode olvidar que, no presente caso, o Paciente Leandro Moura Andrade se encontra preso desde 20/05/2022, ultrapassando dois anos; ao passo que o Paciente Luan Cristian Rocha dos Santos se encontra preso desde 22/06/2021, ultrapassando quase três anos; bem como, em relação ao Paciente Augusto Neri de Souza Sampaio Neto, a sua custódia cautelar se estende desde 09/12/2021 estando, portanto, preso há mais de dois anos. Demais disto, infere-se dos autos que os três réus estão custodiados fora do distrito da culpa, o primeiro no Presídio de CATALÃO-GO, distante cerca de 1.600 km da comarca de Dias D'Ávila – BA; o segundo na unidade prisional de Salvador/BA, distante cerca de 50 km da comarca de Dias D'Ávila – BA e o terceiro no Presídio de SALGUEIRO-PE, distante cerca de 600 km desta comarca de Dias D'Ávila – BA, sendo que, conforme informado pelo Juízo de origem, embora tenha sido requisitado o recambiamento dos réus para a Comarca de Dias D'Ávila, a diligência não foi cumprida até a presente data, embora, conforme consulta realizada no sistema PJE de 1º grau, seja constatado que os respectivos ofícios tenham sido encaminhados desde 21/02/2024. Nesta senda, tem-se que o andamento processual encontra-se obstaculizado pela manutenção da prisão preventiva dos réus, uma vez que a defesa insiste na presença física dos acusados na sessão do Tribunal do Júri e que a requisição de recambiamento dos mesmos não foi cumprida, sendo que tal circunstância culminará em novo adiamento da audiência designada para o dia 10/09/2024, e, por conseguinte, em um retardo processual por tempo indefinido. Neste diapasão, de modo a evitar um retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional e, ponderando-se a necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, bem como de conveniência da instrução processual, faz-se necessário proceder-se com a conversão da prisão preventiva pela imposição das medidas cautelares dispostas nos incisos III, IV, V e IX, todos do art. 319 do CPP, estando os pacientes especialmente proibidos de ausentarem-se da Comarca sem autorização judicial; proibidos de aproximarem-se ou de entrarem em contato com testemunhas ou familiares das testemunhas; e devendo eles proceder ao seu recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, nas residências cujos endereços foram informados nestes autos, COM O USO DE TORNOZELEIRA DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, bem como o comparecimento às sessões do júri designadas. Ressalta-se que, na hipótese de descumprimento de qualquer destas medidas, fica autorizada, desde já, a prisão dos acusados. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. RÉU PRESO HÁ MAIS DE 3 ANOS SEM QUE A DATA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO TENHA SIDO DESIGNADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática que

revogou a prisão preventiva do agravado, por excesso de prazo, sob a imposição de medidas cautelares, a serem fixadas pelo Juízo de primeiro grau. 2. O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ) (RHC n. 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 1º/9/2015, DJe 8/9/2015). 3. Excesso de prazo caracterizado. No caso, em que pese o acórdão impugnado ter ressaltado a complexidade da ação penal, que envolve 4 réus e apura a suposta prática de crime de roubo majorado, resta configurado o excesso de prazo na tramitação do feito. Isso porque o recorrente está preso preventivamente há mais de 3 anos e a audiência de instrução e julgamento sequer foi designada, não havendo previsão para o encerramento da instrução criminal. Ademais, houve injustificável atraso do Poder Judiciário na citação do acusado, que ocorreu apenas 1 ano e 5 meses após o recebimento da denúncia. 4. Ressaltou-se, ainda, que o agravado cumpre pena nos autos do Processo n. 5000056-70.2021.8.20.0133, pela prática dos crimes de roubo majorado e associação criminosa, estando preso desde 9/7/2019, e alcançou requisito objetivo para progressão de regime, mas teve seu direito negado em razão da prisão preventiva debatida no presente agravo. 5. O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que, embora a lei processual não estabeleça prazo para o encerramento da instrução processual, a demora injustificada por circunstâncias não atribuíveis à defesa, quando o réu encontra-se preso, configura constrangimento ilegal. 6. Devido à gravidade da conduta imputada ao agravante – prática de crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, emprego de arma de fogo e cometido mediante violência contra as vítimas – mostra-se necessária a imposição de medidas cautelares diversas para garantir a ordem pública, inclusive uso de tornozeleira eletrônica, caso haja progressão de regime no outro processo noticiado. 7. Nesse particular, as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior têm "permitido a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando configurado o excesso de prazo, desde que a gravidade em concreto do delito as justifique" (RHC 106.269/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 23/10/2019). 8. De se consignar que esta decisão não impede a manutenção de prisão preventiva decretada no bojo de outra ação penal. 9. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ. AgRg no RHC n. 179.533/RN, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 6/6/2023, DJe de 14/6/2023.) Por tais razões, o voto é no sentido de CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM, convertendo-se as prisões preventivas de LEANDRO MOURA ANDRADE, LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS e AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO, nas MEDIDAS CAUTELARES DISPOSTAS NOS INCISOS III, IV, V E IX, TODOS DO ART. 319 DO CPP, ESPECIALMENTE O USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA, que deverão ser fixadas e fiscalizadas pelo Juízo de origem, com fulcro no art. 316, do CPP. No alvará de soltura deverá constar intimação para comparecimento à sessão do juri designada para o dia 10.09.2024, às 08hs30min. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, em consonância ao disposto no art. 260, § 3.º, do RITJBA, em favor dos Pacientes LEANDRO MOURA ANDRADE, brasileiro, nascido em 11.01.1992, portador do RG n. 1603467203, inscrito no CPF n. 063.945.795-99, filho de Maria Edna de Moura Andrade e de Valdemir dos Santos de Andrade, residente e domiciliado na Rua Gurapora, n. 419, Cristo Rei, Dias D'avila, CEP 42850000, Salvador, Bahia; LUAN CRISTIAN ROCHA DOS SANTOS, brasileiro, nascido em 14.06.1995,

portador do RG n. 1327721244, inscrito no CPF n. 062.852.825-60, filho de Elizangela Martins Rocha e de Marcus Vinicius Rego Dos Santos, residente e domiciliado na Avenida Tiradentes, n. 717, Santa Helena, Dias D'avila, CEP 42850000, Salvador, Bahia; e AUGUSTO NERI DE SOUZA SAMPAIO NETO, brasileiro, nascido em 05.01.1992, portador do RG n. 1420016270, inscrito no CPF n. 053.390.505-21, filho de Eliene Damasceno Alves e de Pedro Sampaio Alves, residente e domiciliado na Rua do Coqueiro Grande, n. 204, apartamento C, Cajazeiras, CEP 41340050, Salvador, Bahia; devendo os Pacientes ser imediatamente postos em liberdade, salvo se estiverem presos em flagrante por outro crime ou se houver mandado de prisão expedido em seu desfavor, após consulta ao Banco Nacional de Mandados de Prisão. No alvará de soltura deverá constar intimação para comparecimento à sessão do juri designada para o dia 10.09.2024, às 08hs30min. Expeça-se o alvará de soltura no BNMP 2.0, fazendo constar intimação para comparecimento à sessão do juri designada para o dia 10.09.2024, às 08hs30min. Comunicações de praxe. Comunique-se, acerca deste Acórdão, o Juízo da Vara do Júri da Comarca de Dias D'Ávila – BA, competente para a apreciação do Processo sob nº 8003026-55.2022.8.05.0074. Salvador – BA, data constante na Certidão de Julgamento. Álvaro Marques de Freitas Filho Juiz Substituto de 2º Grau/ Relator A04-DB